

**CARGO: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**NÚMERO DA QUESTÃO RECLAMADA: 16**

<b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b>	<b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b>	<b>ANULADA ( )</b>
----------------------------------	--	--------------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

16. Em se tratando do sexto ano do Ensino Fundamental, por exemplo, e considerando apenas o texto em análise, assinale o aspecto que deve ser revestido, considerando o contexto apresentado, e alicerçado nas estratégias de leitura.

- (A) O ensino de leitura voltado para todas as disciplinas.  
(B) A relevância do mediador na seleção dos textos.  
(C) A formação teórica sobre o assunto.  
(D) **O uso de todos os gêneros textuais.**

A questão n. 01 refere-se ao “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA – CONHECIMENTOS BÁSICOS (PARA TODAS AS ÁREAS DE NÍVEL SUPERIOR) – LÍNGUA PORTUGUESA (ESPECÍFICA): 8 Gêneros textuais: a seleção dos gêneros literários para a formação do leitor”, constante do anexo II do edital n. 127/2023, instrumento legal e regulador do presente certame.

É forçoso relevar que as questões da prova de língua portuguesa são compostas de um enunciado (ou comando) e quatro opções distintas, as quais, potencialmente, poderiam constituir a resposta exata ao quesito; no entanto, entre as quatro alternativas, existem três distratores (“Resposta aparentemente correta, mas que está errada, normalmente apresentada como uma das alternativas em testes de múltipla escolha”<sup>1</sup>) e apenas uma opção que constitui a resposta correta ao item. Em havendo outro contexto diferente deste aqui apresentado, enseja-se o anulamento da questão.

Deve-se, primeiramente, esclarecer que o contexto foi explicitado no comando do quesito em análise, ou seja, o sexto ano do ensino fundamental, o início do EF II, em que o aluno passa a conviver com professores de diferentes disciplinas, as quais tendem a ser compartimentalizadas, apesar da busca pela multidisciplinaridade e pela transversalidade.

No item A (*O ensino de leitura voltado para todas as disciplinas*), vê-se haver incompatibilidade com o texto, porque os alunos devem primeiramente apropriar-se das estratégias de leituras, para, depois, atingir a autonomia nesse processo, como se depreende deste excerto: “enfim todos os gêneros textuais devem ser utilizados para que, de maneira gradativa, as crianças se apropriem dessas estratégias, tornando-se de fato leitoras autônomas” (l. 07, 08 e 09). A partir do domínio de tais estratégias, que não se dará de forma imediata, por óbvio, os discentes desenvolverão maior competência leitora em outras disciplinas. É comum que professores de outras disciplinas, por causa de sua formação acadêmica, não trabalhem as estratégias de leitura, pois eles acreditam que os alunos já devem tê-las, por estarem no sexto ano do EF. Assim, se o professor de LP conseguir inculcar essas estratégias em seus alunos, conseqüentemente o êxito se estenderá a outras disciplinas. Então, nas aulas de leitura, de acordo com o texto, o seu ensino não deve voltar-se para todas as disciplinas. A alternativa A não é a resposta correta ao quesito em análise.

Com relação ao item B (*A relevância do mediador na seleção dos textos*), a importância do mediador (leia-se professor) é incontestável, não pode ser revestida, para se lhe “Dar novo aspecto [...] (concreto ou abstrato)” (*In <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/revestir/>*), com o intuito de ela apresentar outra configuração. Nesse aspecto, o texto expõe o seguinte: “Uma questão de fundamental importância é o mediador

compreender em quais momentos da sua prática de sala de aula está priorizando o ensino da leitura. Além disso, deve ainda saber selecionar o material de leitura adequado como livros literários, textos informativos, jornalísticos” (l. 05, 06 e 07). Assim sendo, o modo como o mediador conduz a sua prática nas aulas de leitura pode definir o êxito ou o fracasso de seus resultados; além disso, tal fragmento textual ainda cogita a possibilidade de o ensino das estratégias de leitura poder ser negligenciado. Reitera-se a indiscutível importância do mediador nesse processo. A opção B também é um distrator, por isso ela não é a resposta correta ao quesito em apreço.

Quanto ao item C, apesar da obviedade, o professor de LP já tem a sua bagagem teórico-acadêmica, da qual deve lançar mão para atingir os seus objetivos didático-pedagógicos; tal bagagem não pode ser adquirida a partir de sua prática em sala de aula, ela pode ser aprimorada, aperfeiçoada, a depender de cada docente, não constituindo, de acordo com o texto, a obrigatoriedade de fazê-lo, isto é, a sua formação teórica pode constituir as bases para as suas ações dentro e fora da sala de aula, quando ele colocará em prática as teorias aprendidas, assimiladas no curso de licenciatura, buscando sempre a autonomia leitora de seus discentes, no caso em discussão, inclusive devendo superar as falhas presentes nesse processo, como se depreende deste trecho:

“O trabalho com as estratégias de leitura é bem abrangente e envolve muitas questões cruciais que devem estar claras para o professor que pretende se arriscar nesse processo, como uma sólida formação teórica sobre a temática e a superação de equívocos acerca do processo de leitura que outrora sempre emergem no cotidiano escolar” (l. 01, 02, 03 e 04).

A opção C (*A formação teórica sobre o assunto*), tendo em vista que a formação teórica é pressuposto para as ações docentes não somente no ensino das estratégias de leitura, mas também em toda as outras atividades, apresenta incorreção, porque, no texto, não se constata o questionamento acerca da formação teórica, observa-se a orientação de fazer o uso dela para superar os erros nas aulas de leitura. Dessarte, a alternativa C não é a resposta correta ao quesito em exame.

Por fim, em relação ao item D, efetivamente, este apresenta a devida adequação ao comando da questão n. 01 e ao teor do texto I; nesse caso em específico, coloca-se um questionamento sobre em quais momentos o mediador estaria priorizando o ensino de leitura; em seguida, aborda-se a necessidade de ele saber escolher “o material de leitura adequado”, e apresenta-se a sugestão de utilizar todos os gêneros textuais, comprovando ser necessário revestir, dar nova configuração à escolha dos gêneros textuais a ser trabalhados em sala de aula, a fim de haver mais alunos com autonomia leitora e não somente decodificadores, conforme os seguintes excertos: “Além disso, deve ainda saber selecionar o material de leitura adequado como livros literários, textos informativos, jornalísticos, enfim todos os gêneros textuais devem ser utilizados para que, de maneira gradativa, as crianças se apropriem dessas estratégias, tornando-se de fato leitoras autônomas” (l. 06, 07 08 e 09); “esta maneira de conduzir o trabalho com a leitura em sala de aula deve fazer parte do modo como o professor compreende as formas de ler como um todo, de tal modo que isto estará presente não apenas nas aulas da língua materna, mas em todas as disciplinas” (l. 10, 11 e 12). Desse modo, a alternativa D corresponde à resposta correta à questão n. 01.

Ante o presente arrazoado, não se cogita a anulação do quesito em exame, tampouco a mudança da alternativa correta, a qual permanece a opção D: **O uso de todos os gêneros textuais.**

<sup>1</sup> <https://www.dicio.com.br/distrator/> (acesso em 22/12/2023).

**NÚMERO DA QUESTÃO RECLAMADA: 21**

<b>GABARITO RATIFICADO ( )</b>	<b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b>	<b>ANULADA ( X )</b>
--------------------------------	--	----------------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

21. Relativamente às palavras constantes do primeiro período composto do segundo parágrafo (l. 05 e 06), assinale a alternativa CORRETA.

- (A) As palavras “importância” e “leitura” constituem exemplo de derivação sufixal.  
(B) Os substantivos “ensino” e “prática” são formados por derivação regressiva.  
(C) São primitivos os vocábulos “fundamental” e “mediador”.  
(D) O verbo “compreender” é derivado por prefixação.

A questão n. 21 refere-se ao “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA – CONHECIMENTOS BÁSICOS (PARA TODAS AS ÁREAS DE NÍVEL SUPERIOR) – LÍNGUA PORTUGUESA (COM EXCEÇÃO DA ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA): 15 Morfologia: a estrutura e a formação das palavras - a classificação e a flexão das palavras”, constante do anexo II do edital n. 127/2023, instrumento legal e regulador do presente certame.

É forçoso relevar que as questões da prova de língua portuguesa são compostas de um enunciado (ou comando) e quatro opções distintas, as quais, potencialmente, poderiam constituir a resposta exata ao quesito; no entanto, entre as quatro alternativas, existem três distratores (“Resposta aparentemente correta, mas que está errada, normalmente apresentada como uma das alternativas em testes de múltipla escolha”<sup>1</sup>) e apenas uma opção que constitui a resposta correta ao item. Em havendo outro contexto diferente deste aqui apresentado, enseja-se o anulamento da questão.

Ao se compulsarem diferentes fontes de referência, constatou-se haver divergências acerca da etimologia das palavras constantes do quesito n. 21; por exemplo, quanto ao item B, *ensino* é deverbal, e *prática*, primitiva segundo Aulete Digital (<https://www.aulete.com.br/index.php>); para Ferreira (1986)<sup>2</sup>, ambas as palavras são deverbais. O mesmo ocorre a *fundamental*, pois há quem afirma ser derivado por sufixação, o caso de Michaelis (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>), e há quem afirma ser primitivo, como Aulete Digital.

Com base nas contrarrazões retromencionadas, defere-se o pedido de anulação da questão n. 21.

<sup>1</sup> <https://www.dicio.com.br/distrator/> (acesso em 22/12/2023).

<sup>2</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

**NÚMERO DA QUESTÃO RECLAMADA: 24**

<b>GABARITO RATIFICADO ( X )</b>	<b>GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )</b>	<b>ANULADA ( )</b>
----------------------------------	--	--------------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

24. A forma do *TEXTO I* e do *TEXTO II* expõe características da modalidade escrita, a qual, por óbvio, difere da modalidade

oral, por aquela apresentar, por exemplo, uma estrutura linear, quase sem retornos e redundâncias, enquanto esta é resultado, em geral, de um diálogo em presença, expondo, frequentemente, marcas de hesitação e reformulações. Assim, a variação diacrônica:

(A) é verificada na comparação entre diferentes etapas da história de uma língua.

(B) alude às diferenças da mesma língua condicionadas pelo espaço, lugar.

(C) compara o modo de falar das diferentes classes sociais.

(D) está associada ao uso de diferentes meios ou veículos.

A questão n. 24 refere-se ao “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA – CONHECIMENTOS BÁSICOS (PARA TODAS AS ÁREAS DE NÍVEL SUPERIOR) – LÍNGUA PORTUGUESA (COM EXCEÇÃO DA ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA): Variação linguística e ensino de língua materna”, constante do anexo II do edital n. 127/2023, instrumento legal e regulador do presente certame.

É forçoso relevar que as questões da prova de língua portuguesa são compostas de um enunciado (ou comando) e quatro opções distintas, as quais, potencialmente, poderiam constituir a resposta exata ao quesito; no entanto, entre as quatro alternativas, existem três distratores (“Resposta aparentemente correta, mas que está errada, normalmente apresentada como uma das alternativas em testes de múltipla escolha”<sup>1</sup>) e apenas uma opção que constitui a resposta correta ao item. Em havendo outro contexto diferente deste aqui apresentado, enseja-se o anulamento da questão.

O item A alude à variação diacrônica, como bem explica Ilari e Basso (2006, p. 152):

“Todas as línguas estão sujeitas à **variação diacrônica** (etimologicamente: aquela que se dá *através do tempo*). Já vimos que as línguas têm uma **história externa** (que diz respeito à maneira como evoluem ao longo do tempo em suas funções sociais e em suas relações com determinada comunidade linguística) e uma **história interna** (que diz respeito às mudanças que vão ocorrendo em sua gramática – fonologia, morfologia, sintaxe – e em seu léxico)” (grifos dos autores).

Assim, a opção A não constitui a resposta correta ao quesito em análise.

No que concerne ao item B, o seu conteúdo refere-se à variação diatópica. Vale-se da mesma fonte, para definir esse tipo de variação (ILARI; BASSO, 2006, p. 157): “Por **variação diatópica** (do grego *dia* = através de; *topos* = lugar) entendem-se as diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões de um mesmo país ou em diferentes países”. A alternativa B, conseqüentemente, não corresponde à resposta correta à questão em apreço.

O item C remete à variação diastrática, ou seja, a que se baseia nas diferenças socioeconômicas e nos diferentes níveis de escolaridade, sendo aspectos que influenciam bastante no modo como os falantes utilizam a língua. Ilari e Basso (2006, p. 175) asseveram o seguinte:

“Encontramos, em compensação, uma séria diferença entre o português falado pela parte mais escolarizada da população (que, não por acaso, é também a parte mais rica ou menos pobre) e pela parte menos escolarizada. É o fenômeno que os linguistas chamam de **variação diastrática** (etimologicamente: o tipo de variação que se encontra quando se comparam diferentes estratos de uma população)” (grifos dos autores).

A alternativa C, portanto, não é a resposta correta ao quesito em exame.

Em referência ao item D, deve-se, forçosamente, considerar que as modalidades oral e escrita são meios ou veículos de expressão linguística, entendendo-se meio e veículo como “objeto,

dispositivo ou estrutura que serve para algum propósito” e “qualquer coisa usada como meio de transmissão ou condução” respectivamente. O teor do item D implica o conceito de variação diamésica, como explicam Ilari e Basso (2006, p. 180 e 181):

“No balanço das dimensões ao longo das quais as línguas podem variar, [...], não poderia faltar uma dimensão que é às vezes esquecida e que se refere aos vários veículos ou meios de expressão que a língua utiliza. Em paralelo com os adjetivos *diacrônica*, *diatópica* e *diastrática*, que foram utilizados e definidos em parágrafos anteriores, podemos denominar esse tipo de variação de **variação diamésica** (etimologicamente: variação associada ao uso de diferentes meios ou veículos).

A variação diamésica compreende, antes de mais nada, as profundas diferenças que se observam entre a língua falada e a língua escrita” (grifos dos autores).

Então, a alternativa D é a resposta correta à questão n. 24.

Com base nas contrarrazões retromencionadas, não se cogita a anulação da questão em exame, tampouco a mudança da alternativa correta, a qual permanece o item D – ***está associada ao uso de diferentes meios ou veículos.***

<sup>1</sup> <https://www.dicio.com.br/distrator/> (acesso em 22/12/2023).

<sup>2</sup> ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente**: a língua que estudamos e língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.



NÚMERO DA QUESTÃO RECLAMADA: 32

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )	ANULADA ( )
---------------------------	---	-------------

PARECER DA BANCA ELABORADORA

32. Analise os termos que compõem o penúltimo parágrafo e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O termo “se” (l. 15) exerce a mesma função sintática de “me” (l. 16).  
(B) A função sintática de “com essa quantidade de s” (l. 16) é adjunto adverbial.  
(C) Apresentam funções sintáticas diferentes “a gente” (l. 15) e “que” (l. 15).  
(D) O sintagma “dos alunos” (l. 15) tem a função sintática de adjunto adnominal.

A questão n. 32 refere-se ao “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA – CONHECIMENTOS BÁSICOS (PARA TODAS AS ÁREAS DE NÍVEL SUPERIOR) – LÍNGUA PORTUGUESA (COM EXCEÇÃO DA ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA): 16 Sintaxe: os termos da oração”, constante do anexo II do edital n. 127/2023, instrumento legal e regulador do presente certame.

É forçoso relevar que as questões da prova de língua portuguesa são compostas de um enunciado (ou comando) e quatro opções distintas, as quais, potencialmente, poderiam constituir a resposta exata ao quesito; no entanto, entre as quatro alternativas, existem três distratores (“Resposta aparentemente correta, mas que está errada, normalmente apresentada como uma das alternativas em testes de múltipla escolha”<sup>1</sup>) e apenas uma opção que constitui a resposta correta ao item. Havendo outro contexto diferente deste aqui apresentado, enseja-se o anulamento da questão.

É profícuo transcrever o parágrafo citado no comando da questão n. 32: “— E mesmo assim **a gente** tem que empurrar essas coisas pela goela abaixo **dos alunos** — queixa-**se** / Emília. — Eu mesma **me** confundo toda **com essa quantidade de s que** aparece nos verbos de tu e de vós... / Se vós supusésseis a dificuldade que tenho...”.

No item A, afirma-se que O termo “se” (l. 15) exerce a mesma função sintática de “me” (l. 16), no entanto tais termos não exercem a mesma função sintática, porque o pronome se é parte integrante do verbo; o pronome me é o objeto direto do verbo confundir (“CONFUNDIR 1. TD(I): *confundi-lo (com...)*. TDp(I): *confundir-se (com...)*. Misturar(-se); reunir(-se) (desordenadamente); baralhar (-se): *Confundir jornais (com revistas)*. “*Ali as águas do rio se confundem com as do mar*” (Nascentes)” [LUFT, 2010, p. 138]). Explica-se, por meio de Bechara (2009, p. 212-213) e de Cegalla (2009, p. 563) respectivamente, o que é o termo como parte integrante de um verbo:

“Pode ainda o pronome se juntar-se a verbos que indicam:

1) sentimento: *indignar-se, ufanar-se, atrever-se, admirar-se, lembrar-se, esquecer-se, orgulhar-se, arrepender-se, queixar-se.*

2) movimento ou atitudes da pessoa em relação ao seu próprio corpo: *ir-se, partir-se, sentar-se, sorrir-se.*

**No primeiro caso**, não se percebendo mais o sentido reflexivo da construção, **considera-se o se como parte integrante do verbo**, sem classificação especial” (negritos da banca elaboradora).

“No caso em apreço, o pronome se, não tendo valor gramatical, mas apenas estilístico, **não exerce função sintática.**

• Parte integrante de verbos que exprimem sentimentos, mudança de estado, movimento, etc., como **queixar-se, arrepender-se, alegrar-se, converter-se, afastar-se e outros verbos pronominais.**

O se que se associa a esses verbos não tem função sintática” (negritos da banca elaboradora).

A opção A não é a resposta correta ao quesito em análise.

O item B traz a seguinte assertiva: *A função sintática de “com essa quantidade de s” (l. 16) é adjunto adverbial*; o teor de tal asserção está incorreto, como se verifica pela regência do verbo confundir, mencionada no parágrafo anterior; esse termo exerce a função sintática de objeto indireto do verbo confundir. Desse modo, a opção B é um distrator, não corresponde à resposta correta à questão em apreço.

A afirmativa constante do item C é esta: *Apresentam funções sintáticas diferentes “a gente” (l. 15) e “que” (l. 15)*; ao analisar-se tal assertiva, percebe-se haver a sua incorreção, uma vez que tais termos exercem a mesma função sintática, ou seja, ambos os termos são sujeito. Por óbvio, constata-se que “a gente” é de fato o sujeito do verbo *empurrar*, o termo “que” é um pronome relativo que introduz uma oração subordinada adjetiva restritiva e que substitui “essa quantidade de s”, podendo ser trocado por *a qual*. A alternativa C não representa a resposta correta ao quesito em exame.

Com relação ao item D, este apresenta o seguinte teor: *O sintagma “dos alunos” (l. 15) tem a função sintática de adjunto adnominal*. Cegalla (2009, p. 363) explica o que é o adjunto adnominal:

“*Adjunto adnominal* é o termo que caracteriza ou determina os substantivos. Exemplo: **Meu** irmão veste roupas **vistosas**. [...]”

O adjunto adnominal pode ser expresso:

[...]

• pelas **locuções** ou **expressões adjetivas** que exprimem qualidade, posse, origem, fim ou outra especificação:

presente *de rei* (= *régio*): qualidade

livro *do mestre*, as mãos *dele*: posse, pertença” (grifos do autor).

O termo “dos alunos” é adjunto adnominal de “goela”, ou seja, pela *goela dos alunos*, exprimindo a ideia de posse, pertença (de quem é a goela?). Por essa razão, a opção D é a resposta correta à questão n. 32.

Com base nas contrarrazões retromencionadas, não se cogita a anulação da questão em exame, tampouco a mudança da alternativa correta, a qual permanece o item D – **O sintagma “dos alunos” (l. 15) tem a função sintática de adjunto adnominal.**

<sup>1</sup> <https://www.dicio.com.br/distrator/> (acesso em 22/12/2023).

<sup>2</sup> BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

<sup>3</sup> CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Nacional, 2009.

<sup>4</sup> LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência verbal**. São Paulo: Ática, 2010.

NÚMERO DA QUESTÃO RECLAMADA: 33

GABARITO RATIFICADO ( X )	GABARITO REVISADO ( ) - NOVA OPÇÃO: ( )	ANULADA ( )
---------------------------	---	-------------

**PARECER DA BANCA ELABORADORA**

33. O TEXTO III trata da crítica ao tipo de ensino de língua portuguesa que se sustenta nas “gramáticas tradicionais” (I. 10). Levando-se em conta os conceitos apresentados por Azeredo\* (2010), qual deles NÃO se coaduna com as características da gramática tradicional?

(A) “Gramática é um conjunto de informações geralmente aprendidas na escola, contidas em um livro específico também chamado ‘gramática’, que nos ensina, entre outras coisas, a classificar os sons que pronunciamos, as palavras e suas partes, as orações e seus termos, e a enunciar os processos usuais na combinação dessas unidades”.

(B) “Um conjunto de conhecimentos ou habilidades aprendidos na escola e que capacitam os indivíduos para participarem de situações sociocomunicativas em que é necessário o domínio da língua padrão”.

(C) “O sistema gramatical compreende as unidades portadoras de significado e os recursos formais que regem a combinação dessas unidades nos diferentes níveis da língua”.

(D) “A gramática refere-se às regras que uma pessoa deve conhecer para falar e escrever corretamente uma língua”.

A questão n. 33 refere-se ao “CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA – CONHECIMENTOS BÁSICOS (PARA TODAS AS ÁREAS DE NÍVEL SUPERIOR) – LÍNGUA PORTUGUESA (COM EXCEÇÃO DA ÁREA DE LÍNGUA PORTUGUESA): 6 Tradição gramatical - tipos de gramática - ensino de gramática”, constante do anexo II do edital n. 127/2023, instrumento legal e regulador do presente certame.

É forçoso relevar que as questões da prova de língua portuguesa são compostas de um enunciado (ou comando) e quatro opções distintas, as quais, potencialmente, poderiam constituir a resposta exata ao quesito; no entanto, entre as quatro alternativas, existem três distratores (“Resposta aparentemente correta, mas que está errada, normalmente apresentada como uma das alternativas em testes de múltipla escolha”<sup>1</sup>) e apenas uma opção que constitui a resposta correta ao item. Havendo outro contexto diferente deste aqui apresentado, enseja-se o anulamento da questão.

Indubitavelmente, o conceito constante do item A corresponde fielmente ao conceito detido pela gramática tradicional; desse modo, a opção A não é a resposta correta ao quesito em apreço. Azeredo (2010, p. 18)<sup>2</sup>, com relação a tal tema, comenta o seguinte:

“Este conceito é tradicionalmente difundido nas escolas e tornou-se bastante popular. Nele se baseia o que ordinariamente se chama de **gramática normativa**. Não é um conceito científico, mas pedagógico, pois define gramática como um conjunto de conhecimentos ou habilidades **aprendidos na escola** e que capacitam os indivíduos para participarem de situações sociocomunicativas em que é necessário o domínio da **língua padrão**” (grifos do autor).

Como se observa na citação acima, o teor do item B também está estreitamente relacionado às características das gramáticas tradicionais, consequentemente a alternativa B também é um distrator, não representando a resposta correta à questão em análise.

Quanto ao item C, o tipo de gramática nele apresentado já considera os diferentes níveis da língua, por isso não impõe uma norma-padrão, aquela que define como falar e escrever corretamente, com base em um sem-número de preceitos; centra-se no processo efetivo de comunicação, por meio de “unidades portadoras de significado”. Azeredo (2010, p. 19) releva que se entende “por gramática tanto o conhecimento que um indivíduo tem de sua língua e que o habilita a construir/compreender palavras e frases — **gramática internalizada** —, como a explicitação e exposição desse conhecimento através de uma descrição — **gramática descritiva**”. Ele acrescenta que o conceito do item C não é um conceito pedagógico, uma vez que ele é aplicado à variedade-padrão da língua e aos vários usos da língua nas mais diversas situações; assevera ainda que, em tal conceito, se destaca “a condição de sistema, sem nenhuma referência a juízos de valor sobre o



prestígio social de qualquer das variedades da língua. Neste sentido, todas as formas da língua usadas pela comunidade são analisáveis como fatos gramaticais produzidos mediante regras”. Por não se coadunar com as características da gramática tradicional, a alternativa C constitui a resposta correta à questão n. 33.

A citação contida no item D corporifica a definição de gramática tradicional por expor que o domínio das regras gramaticais define o modo de falar e escrever corretamente, negligenciando os diferentes níveis da língua. Desse modo, a opção D não é a resposta correta ao quesito em tela.

Com base nas contrarrazões retromencionadas, não se cogita a anulação da questão em exame, tampouco a mudança da alternativa correta, a qual permanece o item C – **“O sistema gramatical compreende as unidades portadoras de significado e os recursos formais que regem a combinação dessas unidades nos diferentes níveis da língua”**.

<sup>1</sup> <https://www.dicio.com.br/distrator/> (acesso em 22/12/2023).

<sup>2</sup> AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.